



Número: **0817711-14.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **14/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMERSON LUCAS LIMA PEREIRA (AUTOR)		FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15118514	03/03/2021 17:17	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO(EMERSON LUCAS)	Petição

AO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA-PI

JUSTIÇA GRATUITA

PROCESSO Nº 0817711-14.2019.8.18.0140

EMERSON LUCAS LIMA PEREIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe que move em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** também devidamente qualificada, por seu advogado *in fine* assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 1.022 e seguintes do CPC/15, apresentar **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, tendo em vista as razões que passa a expor.

1. O Embargante propôs ação de cobrança do seguro DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, cujo o valor da causa é de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), corresponde a diferença da indenização. **A parte autora mencionou na inicial que, POSSIVELMENTE, faria jus a integralidade da indenização securitária, é evidente que a totalidade da referida indenização depende de avaliação médica oficial.** Pois, caso o perito médico constata-se a invalidez total e permanente, o Requerente faria jus a indenização securitária em sua integralidade, ou seja, no percentual de 100% (Cem por Cento).

2. No caso em tela, demonstrou-se a perda de membro superior direito e que a repercussão dos danos se enquadra como PARCIAL INCOMPLETO e PARCIAL, no percentual de 50% (média). A parte Ré pagou, administrativamente, o valor R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), de modo que deduzindo o valor adimplido, do valor devido (R\$ 4.725,00) resta a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). incidindo juros de mora, a contar da citação (14.08.2019), e correção monetária a partir sinistro (22.09.2018). **No entanto, o nobre julgador se omitiu em relação a concessão da tutela de urgência em caráter liminar.** Assim, caracteriza-se a omissão, quando o juiz de direito deixa de tratar de um ponto relevante suscitado pela parte.

Rua Governador Tibério Nunes, 329, Bairro: Cabral, CEP.: 64.000-924 Teresina -PI
TEL: (86) 99502-9104/(86)98194-4262
E-mail.: fcoadv2016@gmail.com



Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que determine a intimação, conforme art.1.023, §2º, do CPC/15, do embargado, por seu advogado, para responder, no prazo de 05 (cinco) dias, a este recurso, tendo em vista que o eventual acolhimento implicará na alteração do dispositivo da sentença.

Requer, por fim, que Vossa Excelência digne-se em acolher os embargos, dando-lhe provimento para, conceder a tutela de urgência em caráter liminar, julgando a presente demanda TOTALMENTE PROCEDENTE, afaste eventual sucumbência recíproca. Bem como, extinga-se o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/15.

Termos em que,

Pede deferimento.

Teresina (PI), 03 de Março de 2021.

Dr. Francisco das Chagas de Sousa Silva

OAB/PI 14.943

